



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITANHAEÉM - CME

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2022, com início às 9h horas, realizou-se a sessão extraordinária do Conselho Municipal de Educação. A reunião aconteceu por meio do aplicativo google.meet.teve. Participaram desta reunião, os conselheiros: Daniela Horvath Mucci, Chrystina Magalhães Gomes Sagres, Thiago Fernandes Pereira, Natália Carolina Antonio Garzin, Fabrisa Sales Cavalcante Gomes, Mauricio Aureliano Filho, Patrícia Santos Trevisan, Mariele Aparecida de Sousa do Nascimento, Kelly Regina Alcaire Pereira, Mônica Lázaro e Renata Simões da Silva. Além da conselheira, suplente Juliana de Brito Serra Santos, em substituição à conselheira titular, Angela Maria Pereira da Silva, que por motivos de saúde, não pode estar presente e ainda o conselheiro, Alexandre. A Presidente Daniela apresentou a pauta do dia: 1) Leitura da Ata do encontro anterior; 2) Deliberação Nº 04/2022 que *“Estabelece orientações quanto à elaboração do calendário escolar para o ano de 2023 e dá providências correlatas”*; 3) Minuta da Carta de Abertura do CME sobre os PPPs das Unidades Escolares; 4) Expediente da conselheira Valéria Caviquioli; 5) Expediente da Professora Sonia. A Presidente iniciou a reunião com a leitura da ata do encontro anterior, informando aos presentes que realizassem apontamentos acerca da aprovação dos registros do encontro anterior, sendo este, aprovado por unanimidade. Na sequência da pauta, a Presidente, deu início à leitura da Minuta da Deliberação Nº 04/2022, que *“Estabelece orientações quanto à elaboração do calendário escolar para o ano de 2023 e dá providências correlatas”*, Apresentada a Minuta, a conselheira Renata, aponta sobre o Art 2º, Inciso XX – *“Atendimento: de 18 de janeiro a 31 de janeiro, de 01 de fevereiro a 03 de fevereiro, 09 e 10 de fevereiro, 24 de julho e de 09 a 11 de outubro,”* acerca do atendimento de creche que não menciona o período referente ao recesso escolar no mês de julho. A conselheira questiona se neste período haverá atendimento ou não, pois de acordo com a legislação, a Creche é a primeira etapa da Educação Básica, e deve seguir os Parâmetros da LDB e Constituição Federal, tendo seu viés educacional e não mais assistencialista, portanto, para a conselheira, a Educação Infantil, na modalidade creche, deve haver recesso escolar para as creches também, assim como nos demais segmentos. A conselheira salienta ainda que realizou diversos estudos, onde este apontamento é realizado como caráter importante de estudos para a Educação Infantil. A conselheira alega que o modo de atendimento no município ocorre contra a legislação, sendo visto ainda de maneira assistencialista pela sociedade. A Presidente, por

sua vez, destaca que o atendimento das creches nos meses de janeiro e julho sempre aconteceram normalmente, destacando que o colegiado não pode, de repente, deliberar que o atendimento nesses períodos serão interrompidos sem um estudo mais aprofundado. A presidente reconhece que há uma falha na redação da minuta, e ainda esclarece que o atendimento das creches durante o recesso escolar no mês de julho permanece normalmente, pois no calendário escolar está previsto este atendimento, finalizou a Presidente. O conselheiro Alexandre, se manifesta acerca do **Art.3º, Inciso V, alínea g** - *“Jogos Escolares de Itanhaém: 01 a 31 de agosto (para alunos do EFAF”* , o conselheiro, questiona, quanto da possibilidade de se realizar os jogos escolares aos sábados, com o acompanhamento do professor de Educação Física visando não prejudicar o andamento da rotina escolar do aluno e do professor durante a semana, possibilitar a ampla participação dos pais e/ou responsáveis e comunidades escolar em geral, na apreciação das atividades desenvolvidas pelos alunos durante os campeonatos. O conselheiro, sugere ainda, a possibilidade de, bimestralmente, realizar a competição de uma modalidade, pois entende que quando ocorre um evento longo, a logística é mais complexa, mexe com transporte, com alimentação, com aulas de Educação Física de outras salas, alunos “perdem” outras aulas. O conselheiro ainda questionou a falta de datas destinadas às formações relativas ao processo de formação e aplicação das avaliações Saeb, destinadas até o corrente ano aos estudantes de 5º e 9º anos do ensino fundamental, ao que a presidente Daniela observou a necessidade de aguardarmos as diretrizes federais. Sequencialmente, a conselheira Chrystina observou que de fato até o momento existem documentos de referência pedagógicos que evidenciam apenas a mudança de descritores para habilidades da BNCC nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, pontuando ainda que ao serem publicadas as devidas Portarias teremos parâmetros referentes aos itens de avaliação e datas. Fato que norteará as datas de formação com docentes generalistas dos 5º anos e, inicialmente, com docentes dos componentes de Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental. Justificando assim, a ausência de datas específicas pactuadas na deliberação discutida nesta reunião, encerrou a conselheira. A conselheira Kelly Regina, questiona e sugere a possibilidade de atribuir Professores Substitutos específicos para a disciplina de Educação Física. A conselheira visa, não suprir só a necessidade de substituir em ocasiões como os jogos escolares, mas de modo geral, evitando que outro funcionário “substitua” essa aula, finaliza a conselheira. Finalizada a Deliberação, a Presidente apresentou ao colegiado, a minuta da *“Carta do Conselho Municipal de Educação”* que trata da participação do Conselho Municipal de Educação de Itanhaém, na composição dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares: *“Carta do Conselho Municipal de Educação: A*



escola tem a função de promover a formação social, cultural e científica dos alunos, vale mencionar que todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar - gestores, professores, educadores, funcionários de apoio e comunidade local - educam. Estes atores estão presentes na escola de formas diferentes, porém realizam ações educativas diariamente. Logo, se justifica a importância de uma concepção de escola que seja compreendida e desenvolvida por todos os sujeitos, que busque atender tanto às necessidades atuais quanto contribuir para o desenvolvimento pessoal e a vida em sociedade. Neste contexto, conferimos que o Projeto Político Pedagógico ao ser construído democraticamente concretiza o fazer coletivo, revelando potencialidades e pontos a serem aprimorados. O diálogo, inerente ao processo, permite a partilha de diferentes visões de mundo e o alinhamento de uma concepção comum ao ato de educar, resultando num documento que evidencia o compromisso ético, político e pedagógico da comunidade escolar. Para tal, o ponto de partida é a efetivação de uma gestão escolar democrática compartilhada junto aos colegiados, que incentiva a participação, promove a discussão, negociação e a reflexão acerca destas diferentes visões educacionais e características territoriais. Nós, do Conselho Municipal de Educação, compreendemos que uma comunidade que coletivamente constrói o Projeto Político Pedagógico reconhece as suas especificidades, sabe dos valores, atua pelos objetivos da democratização do conhecimento, corrobora para que a educação seja efetivada como direito social para todos e todas, e ainda, avança no diálogo de espaços educativos no território, caminhando na perspectiva de uma cidade educadora que reconhece a necessidade de ambientes educativos inclusivos, equitativos e qualitativos. A atuação dos conselheiros do CME reconhece a importância da participação na promoção de territórios educativos e de uma cidade educadora e assume de forma consciente, participativa e ativa sua parte no presente projeto, considerando sobretudo, que o mesmo reflete perspectivas e proposições coletivas." A Presidente, concluiu a leitura, destacando a importância da gestão democrática, da atuação da comunidade escolar e dos colegiados em busca de uma concepção comum de educação, traçando metas, objetivos, e projetos necessários a cada contexto, com isso o CME corrobora com o todo o percurso desenvolvido na revisão dos PPPs. Em seguida, a Presidente, apresentou o expediente da conselheira Valéria Caviquioli Martins, encaminhado por e-mail, relatando, segundo a conselheira, erros no registro da Ata anterior: "Na Ata está relatado " Em dado momento, durante a passagem das listas de presença e coleta de dados, a Conselheira Valéria Caviquioli, fotografou a relação que contém os dados pessoais dos conselheiros, mesmo sendo orientada pela estagiária a não fazê-lo." Porém em nenhum momento foi "orientado", gostaria de explicações quanto ao problema de fazer um registro fotográfico de um documento em que



constam meus dados particulares. Fico no aguardo, Atenciosamente, Valéria Caviquioli Martins” A Presidente ressalta sobre a Lei de Proteção de Dados, e salienta não compreender a necessidade de fotografar os dados pessoais dos demais conselheiros, mesmo que seus dados estejam na folha também. A Presidente deu ciência ao colegiado também, sobre o expediente da Professora Sonia Cristina de Oliveira, aberto por e-mail, que será encaminhado via Ofício à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ciência e manifestações. “Ao presidente do Cacs Fundeb: À presidente do CME, Gostaria, mui respeitosamente, que a Secretária de Educação, Márcia Galdino, respondesse os questionamentos à respeito da garantia e oferecimento, à todos os alunos da RECUPERAÇÃO PARALELA, com previsão no artigo 24 da LDB que é taxativa quando afirma como um dos critérios para a verificação do rendimento escolar dos alunos da municipalidade, a " OBRIGATORIEDADE" de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os alunos de baixo rendimento e que devem ser disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Nessa premissa, como membro desse nobre colegiado, necessito de respostas aos questionamentos que seguem: 1. Sabendo que a recuperação é direito do aluno, como o projeto foi implementado nas escolas em cada etapa do ensino básico? 2. Quais os critérios foram utilizados para garantir o direito à todos os alunos com baixo rendimento escolar? 3. Quantos alunos foram contemplados nesse projeto de recuperação paralela? 4. Quais projetos foram implementados para atender os alunos das séries iniciais e quais investimentos foram disponibilizados para que fossem desenvolvidos na expectativa de alcançar os resultados esperados? 5. Quais foram os critérios utilizados pela secretaria na escolha dos professores que participaram do projeto de recuperação paralela que foi desenvolvido nos núcleos de reforço escolar? 6. Foi proporcionado ao professor da sala regular momentos de reflexão e feedback com o professor do núcleo de recuperação paralela? 7. Qual foi o montante e quais investimentos foram, efetivamente, destinados ao projeto de RECUPERAÇÃO PARALELA, dentro dos núcleos e nas escolas municipais? 8. Quais os resultados alcançados ao final deste ano do projeto? 9. Qual o planejamento para que todos os alunos sejam atendidos em seu direito de participar da recuperação e previsto em lei? 10. Sabendo que muitas escolas não possuem espaços físicos propícios à recuperação paralela, quais seriam as propostas para atender a essa demanda em 2023? Atenciosamente, Sonia Oliveira, Vice Presidente, Representante dos Professores.” Por fim, a deliberação foi aprovada pelos conselheiros: Chrystina Magalhães Gomes Sagres, Thiago Fernandes Pereira, Natália Carolina Antonio Garzin, Fabrisa Sales Cavalcante Gomes, Mauricio Aureliano Filho, Patrícia Santos Trevisan, Juliana de Brito Serra Santos, Mariele Aparecida de Sousa do Nascimento, Kelly Regina Alcaire Pereira, Mônica Lázaro e da Presidente, Daniela



Horvath Mucci - (11 votos). A Conselheira Renata Simões da Silva, votou pela reprovação - (1 voto), da Deliberação, considerando o fato de que será incluído na redação o atendimento aos alunos de Educação Infantil, na modalidade Creche, no período de recesso escolar, no mês de julho. A minuta seguirá para análise e providências da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Nada mais havendo a tratar, Eu Priscilla da Silva Lira Nunes, redigi a presente ata que segue assinada por mim. Itanhaém, 14 de dezembro de 2022.

